



Autores

Gustavo Tepedino
Ana Carolina Brochado Teixeira
Vitor Almeida

DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE DO DIREITO CIVIL

Anais do Congresso Internacional
de Direito Civil Constitucional
IV Congresso do IBDCIVIL

Área específica
Direito Civil.

Realizado o IV Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil), o leitor terá aqui atualíssima agenda de temas e problemas de direito privado. Questões controvertidas que se encontram na ordem do dia constituem o objeto da análise de diversas gerações de juristas. O fio condutor será a superação da dogmática formalista, em direção à efetividade do direito civil que, por sua vez, aspira à renovação doutrinária, promocional, inclusiva e, a um só tempo, comprometida com fundamentos teóricos bem definidos pela legalidade constitucional. O livro é composto tanto por artigos que traduzem reflexões feitas por ocasião do congresso, quanto pelos trabalhos vencedores do concurso realizado em comemoração ao centenário do Código Civil de 1916 – I Prêmio Clóvis Beviláqua, que revelam novos nomes do direito civil e o compromisso da nova geração com a efetividade do direito vinculado à realização da pessoa humana.

Áreas afins

--

Público-alvo/consumidores
Estudantes e professores de graduação, mestrado
e doutorado, bem como advogados,
juizes e promotores.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001185

D654 Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCIVIL/ Gustavo Tepedino, Ana Carolina Brochado Teixeira, Vitor Almeida (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

787 p.

ISBN: 978-85-450-0319-9

1. Direito Civil. I. Tepedino, Gustavo. II. Teixeira, Ana Carolina Brochado. III. Almeida, Vitor. IV. Título.

CDD 342.1

CDU 347

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coord.). Da dogmática à efetividade do Direito Civil: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – IV Congresso do IBDCIVIL. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 787 p. ISBN 978-85-450-0319-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

GUSTAVO TEPEDINO..... 23

PARTE I

CAPÍTULO 1

A RAZOABILIDADE NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

| | |
|---|----|
| GUSTAVO TEPEDINO..... | 27 |
| 1.1 Técnicas de interpretação e princípio da segurança jurídica | 27 |
| 1.2 O panorama jurisprudencial: hesitações e dificuldades conceituais | 29 |
| 1.3 Razoabilidade e proporcionalidade: o proporcional é razoável? | 31 |
| 1.4 Razoabilidade como método necessário e permanente: a identificação de critérios substanciais em julgados do Superior Tribunal de Justiça..... | 33 |
| 1.5 Perigos do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional | 35 |

CAPÍTULO 2

A TUTELA DAS VULNERABILIDADES NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL

| | |
|---|----|
| HELOISA HELENA BARBOZA, VITOR ALMEIDA | 37 |
| Notas introdutórias | 37 |
| 2.1 Vulnerabilidade: noção jurídica | 38 |
| 2.2 A necessária preservação da autonomia dos vulneráveis | 45 |
| 2.3 Instrumentos de tutela das vulnerabilidades: o exemplo dos mecanismos de apoio ao exercício da capacidade da pessoa com deficiência | 47 |
| Considerações finais..... | 50 |

CAPÍTULO 3

VULNERABILIDADE EXISTENCIAL NA INTERNET

| | |
|---|----|
| DEBORAH PEREIRA PINTO DOS SANTOS..... | 51 |
| 3.1 Introdução: proteção da pessoa humana na era virtual | 51 |
| 3.2 Preeminência das situações existenciais sobre as situações patrimoniais | 53 |

| | | |
|-----|--|----|
| 3.3 | Vulnerabilidade existencial na internet e tutela prioritária de crianças e adolescentes | 57 |
| 3.4 | Conclusão: primeiros apontamentos para a proteção de crianças e adolescentes em situações jurídicas existenciais na internet | 62 |

CAPÍTULO 4

O DIREITO AO ESQUECIMENTO DA PESSOA TRANSEXUAL

| | | |
|--|--|----|
| THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO, VITOR ALMEIDA | 65 | |
| Notas introdutórias | 65 | |
| 4.1 | A expansão da privacidade: a autodeterminação informativa e o direito ao esquecimento (ou ao controle de informações pessoais pretéritas)..... | 68 |
| 4.2 | Autonomia corporal e pessoa transexual..... | 71 |
| 4.3 | Identidade pessoal e direito à alteração do nome e do sexo | 77 |
| 4.4 | O direito ao casamento de pessoas transexuais | 86 |
| 4.4.1 | O erro essencial sobre a pessoa do cônjuge e a validade do casamento | 89 |
| | Notas conclusivas | 94 |

CAPÍTULO 5

SITUAÇÕES JURÍDICAS PATRIMONIAIS: FUNCIONALIZAÇÃO OU COMUNITARISMO?

| | | |
|-------------------|--|-----|
| DANIEL BUCAR..... | 97 | |
| 5.1 | Introdução | 97 |
| 5.2 | Liberalismo x comunitarismo: a dicotomia histórica | 97 |
| 5.3 | A leitura liberal da função social das situações patrimoniais..... | 101 |
| 5.3.1 | Uma nota sobre a doutrina administrativista: o interesse público | 104 |
| 5.4 | Concepções não liberais da função social das situações patrimoniais | 106 |
| 5.5 | Conclusão: a função social é expressão do comunitarismo contemporâneo? | 107 |

CAPÍTULO 6

CONSTRUINDO UM DEVER DE RENEGOCIAR NO DIREITO BRASILEIRO

| | | |
|-------------------------|--|-----|
| ANDERSON SCHREIBER..... | 109 | |
| 6.1 | A economia do desequilíbrio..... | 109 |
| 6.2 | Comportamento dos contratantes diante do desequilíbrio e o silêncio do legislador brasileiro | 112 |
| 6.3 | Dimensão comportamental do desequilíbrio contratual na experiência jurídica estrangeira e internacional..... | 117 |
| 6.4 | Construção de um dever de renegociar no direito brasileiro | 124 |
| 6.5 | Conclusão | 131 |

CAPÍTULO 7

A CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA E O CONTRATO INCOMPLETO COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO NOS CONTRATOS

| | | |
|---|--|-----|
| ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA, PAULA GRECO BANDEIRA..... | 133 | |
| Introdução: o contrato como mecanismo de gestão de riscos | 133 | |
| 7.1 | Os modos de alocação de riscos nos contratos: gestão positiva e negativa | 136 |
| 7.2 | A cláusula resolutiva expressa como instrumento de gestão positiva dos riscos..... | 136 |
| 7.3 | O contrato incompleto como instrumento de gestão negativa dos riscos..... | 142 |
| | Conclusão | 144 |

CAPÍTULO 8

A RELATIVIZAÇÃO DO DUPLO LIMITE E DA SUBSIDIARIEDADE NAS AÇÕES POR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

| | | |
|---|---|-----|
| CARLOS NELSON KONDER, PATRICK SAAR..... | 147 | |
| 8.1 | Introdução | 147 |
| 8.2 | A doutrina clássica do enriquecimento sem causa e os novos desafios do lucro da intervenção | 147 |
| 8.3 | Dificuldades da teoria do duplo limite | 150 |
| 8.4 | A questão da subsidiariedade | 153 |
| 8.5 | Conclusão | 156 |

CAPÍTULO 9

QUAIS OS IMPACTOS DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO SOCIETÁRIO?

| | |
|--|-----|
| MARCOS EHRHARDT JR..... | 157 |
| Introdução | 157 |
| 9.1 Funções da boa-fé objetiva em nosso sistema | 158 |
| 9.2 O necessário diálogo com práticas de governança corporativa para ampliação da aplicação dos deveres decorrentes da boa-fé objetiva..... | 160 |
| 9.3 Necessidade de ressignificação do ordenamento jurídico na perspectiva do dever geral de boa-fé objetiva | 162 |
| Notas conclusivas | 165 |

CAPÍTULO 10

PACTO MARCIANO: TRAJETÓRIA, CONSTITUIÇÃO E EFEITOS

| | |
|--|-----|
| CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO | 167 |
| 10.1 Introdução | 167 |
| 10.2 O pacto marciano: trajetória e mecanismos de atuação | 169 |
| 10.2.1 Estrutura do pacto marciano: conceito e elementos constitutivos..... | 174 |
| 10.2.1.1 Aquisição da propriedade plena da coisa objeto da garantia pelo credor..... | 177 |
| 10.2.1.2 Aferição do justo valor da coisa objeto da garantia..... | 179 |
| 10.2.1.2.1 Aspecto procedimental..... | 180 |
| 10.2.1.2.2 Aspecto temporâneo | 183 |
| 10.3 À guisa de conclusão. Os efeitos da cláusula marciana: restituição do <i>superfluum</i> ao devedor, abatimento do valor da coisa dada em garantia da dívida remanescente, perdão legal e extinção da obrigação | 186 |

CAPÍTULO 11

A TUTELA POSSESSÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL: AINDA SOBRE O FUNDAMENTO DOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

| | |
|--|-----|
| ROBERTA MAURO MEDINA MAIA..... | 189 |
| 11.1 Introdução | 189 |
| 11.2 Uma premissa importante: a análise das teorias subjetiva e objetiva..... | 190 |
| 11.3 A tutela possessória e o seu viés civilizatório: notas sobre as opções do legislador brasileiro a respeito do tema..... | 195 |
| 11.4 Critérios processuais para a concessão de tutela possessória e a ocupação de áreas públicas ou privadas para fins de protesto..... | 203 |
| 11.5 Conclusão | 207 |

CAPÍTULO 12

OS ALIMENTOS ENTRE DOGMÁTICA E EFETIVIDADE

| | |
|---|-----|
| ANA CARLA HARMATIUK MATOS, ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA | 209 |
| Introdução | 209 |
| 12.1 Princípio da solidariedade familiar | 209 |
| 12.2 Os critérios para o estabelecimento do binômio alimentar e os parâmetros jurisprudenciais | 211 |
| 12.3 Alimentos a ex-cônjuges ou ex-companheiros..... | 214 |
| 12.4 Possibilidades prospectivas de maior efetividade dos alimentos..... | 219 |
| Conclusão | 222 |

CAPÍTULO 13

MULTIPARENTALIDADE A PARTIR DA TESE APROVADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

| | |
|--|-----|
| PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA, RICARDO CALDERÓN..... | 225 |
| Introdução | 225 |
| 13.1 Entendimento do STF acolhendo a multiparentalidade no direito brasileiro | 229 |
| 13.2 A tese aprovada em repercussão geral | 231 |
| 13.3 Principais reflexos da decisão do STF | 231 |
| 13.3.1 O reconhecimento jurídico da afetividade | 231 |
| 13.3.2 Vínculo socioafetivo e biológico em igual grau de hierarquia jurídica..... | 232 |
| 13.3.3 Possibilidade jurídica da multiparentalidade | 233 |
| 13.3.4 Princípio da parentalidade responsável..... | 233 |

| | | |
|------|---------------------------------------|-----|
| 13.4 | Efeitos a partir da tese fixada | 234 |
| 13.5 | Avanço e cautela | 235 |

CAPÍTULO 14

COMO PRESERVAR A ISONOMIA DAS ENTIDADES FAMILIARES NA SUCESSÃO LEGAL?

| | | |
|------------------------------|---|-----|
| ANA LUIZA MAIA NEVARES | 239 | |
| 14.1 | Atualidade da questão proposta | 239 |
| 14.2 | Os direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro | 240 |
| 14.3 | A centralidade do cônjuge na ordem de vocação hereditária. Interpretações em desfavor do cônjuge sobrevivente..... | 242 |
| 14.4 | A legítima: ponderações..... | 245 |
| 14.5 | Legislação de <i>lege lata</i> : imperiosa equiparação de direitos sucessórios em virtude do fundamento da sucessão hereditária | 249 |
| 14.6 | Conclusão | 252 |

CAPÍTULO 15

A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO NO ATUAL ORDENAMENTO BRASILEIRO

| | | |
|------------------------------|---|-----|
| DANIELE CHAVES TEIXEIRA..... | 253 | |
| 15.1 | Notas introdutórias | 253 |
| 15.2 | Importâncias do direito sucessório no mundo contemporâneo..... | 254 |
| 15.3 | Desconstrução dos pilares do direito das sucessões: família e propriedade | 256 |
| 15.4 | Planejamento sucessório: à rigidez do direito das sucessões no Brasil | 259 |

CAPÍTULO 16

O DEVER DE REVELAÇÃO E OS *STANDARDS* DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

| | | |
|--|--|-----|
| PAULO NALIN, MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES..... | 261 | |
| 16.1 | Notas introdutórias: a arbitragem e os desafios dos novos tempos | 261 |
| 16.2 | A imparcialidade como fundamento da jurisdição e os critérios de definição do impedimento do juiz e do árbitro | 263 |
| 16.3 | Uma hipótese de aplicação concreta..... | 268 |
| 16.4 | Notas conclusivas | 272 |

CAPÍTULO 17

OS DESAFIOS DO ENSINO DEMOCRÁTICO E INCLUSIVO DO DIREITO CIVIL

| | | |
|---|--|-----|
| PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, VITOR ALMEIDA | 275 | |
| Notas introdutórias | 275 | |
| 17.1 | As mutações da hermenêutica jurídica e sua influência no ensino jurídico..... | 276 |
| 17.2 | A importância da funcionalização e humanização do ensino do direito civil | 278 |
| 17.3 | Os desafios do ensino jurídico universitário | 280 |
| 17.4 | Teoria e práxis na formação universitária..... | 282 |
| 17.4.1 | O exemplo dos núcleos de prática jurídica e das clínicas de direitos fundamentais..... | 284 |
| 17.5 | Do direito civil do homem médio ao direito civil da pessoa humana: novas pautas | 285 |
| Considerações finais: ensinar para emancipar..... | 287 | |

PARTE II

CONCURSO DE TRABALHOS ACADÊMICOS EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 – I PRÊMIO CLÓVIS BEVILÁQUA

CATEGORIA PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1

DOGMÁTICA E EFETIVIDADE: O PAPEL DA CIVILÍSTICA NO DESBRAVAMENTO

DE ESPAÇOS DE LIBERDADES

| | |
|--|-----|
| ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS | 291 |
| Introdução | 291 |
| 1.1 O problema em contexto: ângulos e parâmetros da ascendência do Estado Constitu- cional. A renovação da dogmática e sua necessária efetividade..... | 292 |
| 1.2 Direito civil, Constituição e os desafios da civilística brasileira contemporânea | 296 |
| 1.3 Efetividade: o papel da literatura na abertura e preservação de espaços de liberdades 300 | |
| Conclusão | 304 |

CAPÍTULO 2

A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES REAIS: TUTELA DA CONFIANÇA NA RELAÇÃO REAL COMO PROCESSO

| | |
|---|-----|
| DIANA PAIVA DE CASTRO, FRANCISCO DE ASSIS VIÉGAS..... | 307 |
| Introdução | 307 |
| 2.1 Reexame das fronteiras entre relação jurídica real e relação jurídica obrigacional no trajeto rumo ao direito comum das situações patrimoniais..... | 308 |
| 2.2 Delimitação do espaço de incidência da boa-fé objetiva em relação à função social | 313 |
| 2.3 A interpretação da boa-fé nas relações reais em função aplicativa..... | 316 |
| 2.3.1 A incidência da boa-fé objetiva nas relações condominiais e a figura parcelar da <i>suppressio</i> | 317 |
| 2.3.2 A incidência da boa-fé objetiva para a solução de conflitos entre centros de interesse contrapostos nos direitos reais sobre coisa alheia: usufruto, servidão, superfície, hipoteca e penhor | 321 |
| Síntese conclusiva..... | 325 |

CAPÍTULO 3

DIÁLOGOS ENTRE A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO PRIVADO: O FENÔMENO DA DESCODIFICAÇÃO E O NOVO DIREITO PRIVADO SOLIDÁRIO

| | |
|---|-----|
| LAÍS GOMES BERGSTEIN..... | 327 |
| 3.1 Introdução | 327 |
| 3.2 O fenômeno da descodificação: as eras da “ordem e da desordem” | 328 |
| 3.3 A tríplice dimensão da Constituição brasileira..... | 330 |
| 3.4 O novo “direito privado solidário” | 332 |
| 3.5 <i>Case law</i> : influências recíprocas na prática forense | 334 |
| 3.6 Considerações finais..... | 336 |

CAPÍTULO 4

PROPOSTA DE RELEITURA DA DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA À LUZ DOS INTERESSES EXISTENCIAIS DECORRENTES DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

| | |
|---|-----|
| MAICI BARBOZA DOS SANTOS COLOMBO..... | 339 |
| 4.1 Introdução | 339 |
| 4.2 A releitura da obrigação alimentar segundo os princípios insculpidos na Constituição da República de 1988 | 340 |
| 4.3 A desconsideração da personalidade jurídica inversa como instrumento de efetivação da prestação alimentar | 343 |
| 4.4 Desconsideração para fins de imputação e para fins de responsabilidade..... | 346 |
| 4.5 Pressupostos de aplicabilidade e a jurisprudência..... | 347 |
| 4.6 Conclusão | 352 |

CAPÍTULO 5

POR UMA RELEITURA FUNCIONAL DO (IN)ADIMPLENTO CONTRATUAL: REPERCUSSÕES DOS DEVERES DECORRENTES DA BOA-FÉ OBJETIVA

| | |
|---|-----|
| RODRIGO DA GUIA SILVA | 355 |
| 5.1 Introdução | 355 |
| 5.2 A cláusula geral de boa-fé objetiva como fundamento de deveres laterais de conduta..... | 357 |
| 5.3 Delineamento da doutrina da violação positiva do contrato no direito | |

| | | |
|-----|--|-----|
| 5.4 | Enquadramento dogmático dos deveres decorrentes da boa-fé objetiva na disciplina do inadimplemento contratual..... | 368 |
| 5.5 | Síntese conclusiva..... | 372 |

CAPÍTULO 6

A PROBLEMÁTICA DA APLICAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AOS CONTRATOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO:

UMA ANÁLISE A PARTIR DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.163.283/RS

| | |
|---|-----|
| ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA | 375 |
| Introdução | 375 |
| 6.1 O Recurso Especial nº 1.163.283/RS | 376 |
| 6.1.1 Peculiaridades do caso concreto..... | 379 |
| 6.1.2 Principais fundamentos do acórdão do REsp nº 1.163.283/RS | 380 |
| 6.2 Regime jurídico do Sistema Financeiro da Habitação | 383 |
| 6.2.1 O surgimento do Sistema Financeiro da Habitação | 383 |
| 6.2.2 O desequilíbrio nos financiamentos imobiliários do SFH..... | 383 |
| 6.3 Inconsistências da aplicação da análise econômica do direito nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação | 385 |
| 6.3.1 Teste de compatibilidade constitucional..... | 386 |
| 6.3.2 A metodologia do direito civil constitucional..... | 387 |
| 6.3.3 A inconsistência sistêmica com o Recurso Especial Repetitivo nº 1.070.297/PR e a redução da função social do contrato aos interesses do mercado | 390 |
| Considerações finais..... | 394 |

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DO DIREITO À IMAGEM NA INTERNET

| | |
|--|-----|
| CHIARA ANTONIA SPADACCINI DE TEFFÉ..... | 397 |
| Introdução | 397 |
| 7.1 O direito à imagem na legalidade constitucional | 398 |
| 7.1.1 O consentimento para o uso da imagem | 403 |
| 7.1.2 Exceções para a utilização da imagem independentemente da autorização de seu titular | 405 |
| 7.2 A compensação pelo dano à imagem | 409 |
| 7.3 A proteção do Marco Civil da Internet às imagens contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado | 413 |
| Considerações finais..... | 416 |

CAPÍTULO 8

COMENTÁRIOS AO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RESP Nº 1.315.668: O RECONHECIMENTO DA VALIDADE DO AUMENTO DE PLANO DE SAÚDE EM RAZÃO DA IDADE FRENTE AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS

| | |
|--|-----|
| MARIANA BARSAGLIA PIMENTEL | 417 |
| 8.1 Introdução | 417 |
| 8.2 Breve incursão na matéria fática e nos fundamentos jurídicos do caso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça | 418 |
| 8.3 O entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.315.668 | 419 |
| 8.4 Análise do julgado do Superior Tribunal de Justiça sob o prisma do princípio da função social dos contratos | 421 |
| 8.5 A prevalência da proteção do indivíduo concreto na relação contratual em detrimento do ideal de “bem comum” | 424 |
| 8.6 Conclusão | 426 |

CAPÍTULO 9

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS E A (I)LEGALIDADE DA CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO IMÓVEL

| | |
|------------------------------------|-----|
| GABRIEL HONORATO DE CARVALHO | 427 |
|------------------------------------|-----|

| | | |
|-----|--|-----|
| 9.1 | Notas introdutórias | 427 |
| 9.2 | Negócios jurídicos: definição e elementos estruturais | 428 |
| 9.3 | A constitucionalização do direito privado: eficácia horizontal dos direitos fundamentais e a função social dos contratos | 429 |
| 9.4 | A cláusula de carência – prorrogação do prazo de entrega do imóvel – à luz do ordenamento jurídico brasileiro | 432 |
| 9.5 | Considerações finais..... | 437 |

CAPÍTULO 10

A TUTELA DA PRIVACIDADE: DESDOBRAMENTOS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

| | | |
|---|---|-----|
| JOANA DE MORAES SOUZA MACHADO, AURICELIA DO NASCIMENTO MELO | | 439 |
| | Introdução | 439 |
| 10.1 | Considerações acerca dos dados pessoais | 441 |
| 10.2 | A proteção de dados pessoais na União Europeia | 445 |
| 10.2.1 | Desenvolvimento do modelo europeu | 447 |
| 10.2.2 | Os principais aspectos da Directiva nº 95/46/CE | 450 |
| 10.3 | O modelo italiano de proteção de dados pessoais | 452 |
| | Conclusão | 457 |

CAPÍTULO 11

GUARDA COMPARTILHADA: UMA REFLEXÃO DA LEI Nº 13.058/2014 A PARTIR DA INTERLOCUÇÃO ENTRE O DIREITO E A PSICOLOGIA

| | | |
|--|--|-----|
| ARLENE MARA DE SOUSA DIAS, MAURICIO RODRIGUES DE SOUZA | | 459 |
| | Introdução | 459 |
| | Breves considerações acerca das transformações da família no Brasil | 460 |
| | O papel dos pais na formação psíquica da criança e os possíveis prejuízos de ordem emocional para os filhos..... | 462 |
| | Guarda de filhos na legislação brasileira | 464 |
| | Análise da Lei nº 13.058/2014: uma necessária interlocução entre o direito e a psicologia | 466 |
| | Considerações finais..... | 476 |

CAPÍTULO 12

A CAPACIDADE CIVIL NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A QUEBRA DA DOGMÁTICA E O DESAFIO DA EFETIVIDADE

| | | |
|---|--|-----|
| JACQUELINE LOPES PEREIRA, LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA | | 479 |
| 12.1 | Introdução | 479 |
| 12.2 | “Personalização” da pessoa com deficiência e o paradigma da capacidade legal..... | 480 |
| 12.3 | Primeiros sinais de interpretação dos tribunais sobre incapacidade em ação de interdição | 484 |
| 12.3.1 | Método de seleção de julgados e descrição fática e decisória..... | 484 |
| 12.3.2 | Análise crítica do conteúdo dos julgados | 487 |
| 12.4 | Considerações finais..... | 490 |

CAPÍTULO 13

A GUARDA COMPARTILHADA COMPULSÓRIA NOS CASOS DE LITÍGIO CONJUGAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.058/2014 NO FÓRUM CÍVEL DE BELÉM

| | | |
|--|---|-----|
| GRACE BAËTA DE OLIVEIRA, JAMILLE SARATY MALVEIRA | | 493 |
| 13.1 | Introdução | 493 |
| 13.2 | A regulamentação da guarda compartilhada: uma abordagem da Lei nº 13.058/2014 | 494 |
| 13.2.1 | Nova lei: principais mudanças | 495 |
| 13.2.2 | Critérios norteadores para a aplicação da Lei nº 13.058/2014 | 498 |
| 13.3 | A guarda compartilhada e o mito de que o cuidado materno ainda é o ideal..... | 499 |
| 13.4 | Análise da aplicação da Lei nº 13.058/2014 no Fórum Cível de Belém: melhor interesse da criança ou dos genitores? | 499 |
| 13.4.1 | Aspectos práticos identificados nas entrevistas com os magistrados e nas decisões de concessão da guarda compartilhada..... | 500 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 13.4.2 | Resultado das entrevistas x prática forense..... | 502 |
| 13.5 | Considerações finais..... | 506 |

CAPÍTULO 14

TEMPOS DE CRISE: CONTROVÉRSIAS ENVOLVENDO A EXTINÇÃO DO COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEIS

| | |
|--|-----|
| ALEXANDRE JUNQUEIRA GOMIDE..... | 509 |
| Introdução | 509 |
| 14.1 Das formas de extinção do contrato e suas consequências | 510 |
| 14.1.1 Resilição unilateral | 511 |
| 14.1.2 Distrato..... | 512 |
| 14.1.3 Resolução contratual..... | 513 |
| a) Resolução sem culpa das partes (ou inexecução involuntária) | 513 |
| b) Resolução por culpa das partes..... | 514 |
| c) Resolução por onerosidade excessiva..... | 515 |
| 14.1.4 Rescisão..... | 516 |
| 14.2 Da extinção dos compromissos de venda e compra de imóveis: controvérsias atuais e a jurisprudência | 516 |
| 14.2.1 Da resilição unilateral do compromisso de venda e compra | 516 |
| 14.2.2 Resolução dos compromissos de venda e compra | 519 |
| 14.2.2.1 Resolução proposta pelo adquirente | 519 |
| 14.2.2.2 Resolução contratual proposta pelo incorporador..... | 520 |
| 14.2.3 Distrato dos instrumentos de venda e compra | 522 |
| 14.3 Tentativas e propostas de resolução de conflitos decorrentes da extinção dos contratos de venda e compra..... | 522 |
| 14.3.1 O Pacto para o Aperfeiçoamento das Relações Negociais entre Incorporadores e Consumidores..... | 522 |
| 14.3.2 Projeto de Lei nº 1.220/2015..... | 524 |
| 14.3.3 Projeto de Lei nº 774/2015..... | 526 |
| Conclusão | 527 |

CAPÍTULO 15

ENTRE O POSITIVISMO FORTE E O PRAGMATISMO: UM EXAME DA INTERPRETAÇÃO DADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO ÚLTIMO TRIÊNIO

| | |
|---|-----|
| DANIEL SILVA FAMPA | 529 |
| 15.1 Notas introdutórias | 529 |
| 15.2 O estado atual da responsabilidade civil objetiva pelo risco no Brasil..... | 530 |
| 15.3 A relevância da análise econômica para a estruturação de um modelo objetivo de imputação do dever de reparar | 534 |
| 15.3.1 Os modelos de juiz na doutrina de Richard Posner | 539 |
| 15.4 Principais pontos das decisões do STJ sobre a matéria no último triênio..... | 540 |
| 15.5 Considerações finais..... | 544 |

CAPÍTULO 16

DA DOGMÁTICA À EFETIVIDADE: REVISITANDO A TEORIA DA NULIDADE SOB VIÉS FINALISTA DE CONTROLE DE PROTEÇÃO

| | |
|--|-----|
| DANIELA CORRÊA JACQUES BRAUNER..... | 545 |
| Introdução | 545 |
| 16.1 A análise dogmática a respeito dos planos da existência, validade e eficácia..... | 547 |
| 16.2 Crise do dogma da vontade e sua repercussão na teoria das nulidades: um novo olhar a partir da jurisprudência | 552 |
| Considerações finais..... | 558 |

CAPÍTULO 17

O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE: UMA CRÍTICA PARA ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

| | |
|--|-----|
| DÉBORA ELISA LIMA RIBEIRO | 559 |
| 17.1 Introdução | 559 |
| 17.2 O direito real de habitação..... | 559 |
| 17.3 O direito real de habitação do cônjuge no direito brasileiro atual..... | 561 |

| | | |
|------|--|-----|
| 17.4 | O direito real de habitação do cônjuge supérstite no direito argentino | 563 |
| 17.5 | Análise comparada dos institutos de direitos reais de habitação brasileiro e argentino | 566 |
| 17.6 | Conclusão | 566 |

CAPÍTULO 18

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DIREITO DE SUPERFÍCIE NA SUA VINCULAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL

| | |
|---|-----|
| HORÁCIO MONTESCHIO | 569 |
| 18.1 Aspectos históricos..... | 569 |
| 18.2 Componente teórico-filosófico da propriedade liberal..... | 571 |
| 18.3 A propriedade no liberalismo no ponto de vista da sua positivação | 572 |
| 18.3.1 A propriedade codificada..... | 573 |
| 18.3.2 A propriedade na mutação do Estado Liberal para Social..... | 574 |
| 18.3.3 A construção da propriedade social..... | 574 |
| 18.4 Propriedade na Constituição de 1988..... | 576 |
| 18.5 Função social da propriedade..... | 578 |
| 18.6 Direito de superfície no Código Civil brasileiro | 578 |
| 18.6.1 Desenvolvimento industrial e direito de superfície | 580 |
| 18.6.2 Função social da propriedade, da empresa e do sistema financeiro | 582 |
| 18.6.3 Concessão de crédito tendo como garantia o direito de superfície | 583 |
| Conclusão | 585 |

CAPÍTULO 19

CONTRATOS RELACIONAIS, BOA-FÉ OBJETIVA E TUTELA DAS LEGÍTIMAS EXPECTATIVAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RECURSO ESPECIAL

Nº 1.356.725

| | |
|--|-----|
| LARISSA DE LIMA VARGAS SOUZA..... | 587 |
| 19.1 Introdução | 587 |
| 19.2 O caso julgado pelo Recurso Especial nº 1.356.725-RS..... | 588 |
| 19.3 A boa-fé objetiva e a proteção da confiança | 589 |
| 19.4 Os contratos cativos de longa duração e o paradigma da essencialidade | 593 |
| 19.5 Tutela das legítimas expectativas dos contratantes..... | 595 |
| 19.6 Conclusão | 597 |

CAPÍTULO 20

INFORMAÇÃO PESSOAL COMO MERCADORIA E O PAPEL DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: O CONFLITO ENTRE FILTROS DE CONTEÚDO E O DIREITO DE SER INFORMADO

| | |
|--|-----|
| BRUNO MARTINS MOUTINHO | 599 |
| Introdução | 599 |
| 20.1 Direito à informação | 601 |
| 20.1.1 Direito de informar | 603 |
| 20.1.2 Direito de ser informado | 606 |
| 20.2 Modelo de negócios da internet e os filtros de conteúdo | 608 |
| 20.3 Eficácia horizontal dos direitos fundamentais..... | 610 |
| 20.3.1 O papel da função social da empresa | 612 |
| Considerações finais..... | 614 |

CAPÍTULO 21

REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DOS *PUNITIVE DAMAGES*: CRITÉRIOS À APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

| | |
|--|-----|
| PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL, ALEXANDRE PEREIRA BONNA | 617 |
| 21.1 Introdução e apresentação da temática..... | 617 |
| 21.2 Desenvolvimento dos <i>punitive damages</i> na experiência jurídica dos EUA: requisitos objetivos e subjetivos..... | 620 |
| 21.2.1 Bases do desenvolvimento dos <i>punitives damages</i> : o papel do júri e a regra do <i>stare decisis</i> | 620 |
| 21.2.2 Requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> a partir do papel do júri e da doutrina..... | 624 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 21.2.3 | Requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> a partir da interpretação dos limites constitucionais e pressupostos dos <i>punitive damages</i> pela Suprema Corte americana | 628 |
| 21.2.4 | Resumo dos requisitos objetivos e subjetivos dos <i>punitive damages</i> : parâmetros orientadores | 630 |
| 21.3 | Aplicação dos <i>punitive damages</i> na prática jurídica brasileira | 631 |
| 21.4 | Considerações finais..... | 632 |

PARTE III

CONCURSO DE TRABALHOS ACADÊMICOS EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 – I PRÊMIO CLÓVIS BEVILÁQUA

CATEGORIA GRADUAÇÃO

CAPÍTULO 1

A FUNÇÃO SOCIAL DOS DIREITOS AUTORAIS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | |
|---|-----|
| ALEXANDRE DE SERPA PINTO FAIRBANKS, LUISA LEMOS FERREIRA | 635 |
| Introdução: direitos fundamentais e relações privadas..... | 635 |
| 1.1 Propriedade e função social | 637 |
| 1.2 A função social dos direitos autorais..... | 641 |
| 1.3 A função social dos direitos autorais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça 643 | |
| 1.3.1 Recurso Especial nº 964.404 – ES..... | 643 |
| 1.3.2 Recurso Especial nº 1.371.835 – SP | 645 |
| 1.3.3 Recurso Especial nº 1.320.007 – SE..... | 646 |
| 1.3.4 Agravo em Recurso Especial nº 270.923 – SP | 647 |
| 1.3.5 Recurso Especial nº 1.343.961 – RJ | 648 |
| 1.3.6 Agravo em Recurso Especial nº 818.567 – SP | 649 |
| Considerações finais..... | 650 |

CAPÍTULO 2

CORPOS INOMINADOS NAS MARGENS DA REALIDADE: UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR SOBRE O DIREITO AO NOME DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

| | |
|---|-----|
| GUSTAVO BORGES MARIANO, JOÃO DA CRUZ GONÇALVES NETO | 653 |
| 2.1 Transfobia | 653 |
| 2.2 Caminhos percorridos | 654 |
| 2.3 Identidades e o sistema heteronormativo..... | 656 |
| 2.4 Direitos e a dignidade da pessoa humana de travestis e transexuais..... | 663 |
| 2.5 Análise de jurisprudência | 669 |
| 2.6 Considerações finais..... | 672 |

CAPÍTULO 3

O DIÁLOGO ENTRE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA: PAVIMENTANDO O CAMINHO DA EFETIVIDADE

| | |
|--|-----|
| VYNICIUS PEREIRA GUIMARÃES | 675 |
| 3.1 Introdução: um caminho a ser pavimentado | 675 |
| 3.2 Jurisprudência: para além do dizer a lei | 678 |
| 3.3 Doutrina: para além das teclas do piano..... | 682 |
| 3.4 Do viúvo ao solteiro: o caminho hermenêutico da tutela do bem de família pelo Superior Tribunal de Justiça | 686 |
| 3.5 À guisa de conclusão | 688 |

CAPÍTULO 4

VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO, BOA-FÉ E EXTINÇÃO CONTRATUAL

| | |
|--|-----|
| GABRIELA HELENA MESQUITA DE OLIVEIRA CAMPOS, LORRANNE CARVALHO DA COSTA | 691 |
| Introdução | 691 |
| 4.1 Cláusulas gerais..... | 693 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.2 | Boa-fé..... | 695 |
| 4.2.1 | Boa-fé objetiva e suas funções | 696 |
| 4.3 | A vedação ao comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>) | 697 |
| 4.4 | Extinção dos contratos..... | 700 |
| 4.5 | A aplicação da vedação ao comportamento contraditório na extinção dos contratos: uma análise jurisprudencial..... | 701 |
| | Considerações finais..... | 704 |

CAPÍTULO 5

ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO: O PROTAGONISMO DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

| | | |
|-------|---|-----|
| | JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES, ABRAÃO BEZERRA DE ARAÚJO | 707 |
| | Introdução: a família democrática e o princípio da solidariedade | 707 |
| 5.1 | Relação conjugal e convivencial: comunhão plena de vida orientada pela solidariedade, boa-fé e simetria patrimonial | 709 |
| 5.1.1 | A deliberação da vida cotidiana e financeira entre os cônjuges ou companheiros | 710 |
| 5.2 | Alimentos compensatórios como uma solução possível – Construção doutrinária e jurisprudencial | 713 |
| 5.2.1 | Os alimentos compensatórios na legislação argentina e francesa..... | 715 |
| 5.3 | Alimentos compensatórios na jurisprudência brasileira..... | 716 |
| | Conclusão | 720 |

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DA INCIDÊNCIA E ALCANCE DA BOA-FÉ NOS CONTRATOS DE DIREITO AUTORAL E DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA

| | | |
|-----|--|-----|
| | CAMILA LIDIZZIA DE CARVALHO, MARIANNA MANCINI MALAFAIA | 721 |
| | Introdução | 721 |
| 6.1 | Cláusulas gerais..... | 722 |
| 6.2 | Boa-fé..... | 724 |
| 6.3 | Boa-fé nos contratos de direitos autorais..... | 727 |
| 6.4 | Boa-fé nos contratos de promessa de compra e venda | 730 |
| | Conclusão | 734 |

CAPÍTULO 7

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA APLICAÇÃO PELO STJ E PELO TJ/RJ

| | | |
|-------|---|-----|
| | JOÃO MANOEL ANDRADE MACIEL DA SILVA CAMPOS GALDI | 735 |
| 7.1 | Introdução | 735 |
| 7.2 | Em busca de uma definição – Respaldo jusfilosófico..... | 737 |
| 7.3 | Decisões do TJ/RJ..... | 740 |
| 7.3.1 | Decisões quanto à temática | 740 |
| 7.3.2 | Decisões quanto ao desenvolvimento do princípio | 743 |
| 7.4 | Decisões do STJ..... | 744 |
| 7.4.1 | Temática no STJ..... | 744 |
| 7.4.2 | Desenvolvimento do princípio no STJ | 746 |
| 7.5 | Considerações finais..... | 747 |

CAPÍTULO 8

O CONTRASSENDO CONSTITUCIONAL DA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: A VEDAÇÃO DA USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS PERANTE A EVOLUÇÃO GRADATIVA DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

| | | |
|-----|---|-----|
| | ROMILDO ROMPAVA..... | 751 |
| 8.1 | Introdução | 751 |
| 8.2 | Definição de usucapião, bens públicos e função social..... | 752 |
| 8.3 | A vedação legal: conflito entre princípios e realidade..... | 755 |
| 8.4 | Descaracterização de afronta constitucional | 756 |
| 8.5 | Uma nova visão doutrinária e jurisprudencial | 757 |
| 8.6 | Conclusão | 762 |

CAPÍTULO 9

A FLEXIBILIZAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE: UMA ANÁLISE
DAS NOVAS TENDÊNCIAS NA RESPONSABILIDADE CIVIL
CONTEMPORÂNEA

| | |
|---|-----|
| BRUNA VILANOVA MACHADO, RENAN SOARES CORTAZIO | 765 |
| 9.1 Introdução | 765 |
| 9.2 A missão de harmonização social: a importância da responsabilidade no ordenamento jurídico | 766 |
| 9.3 Os pilares da responsabilidade civil: o dano, a culpa e o nexo de causalidade | 768 |
| 9.3.1 O terceiro elemento da responsabilidade civil: o nexo de causalidade | 770 |
| 9.3.1.1 A função específica do nexo causal no âmbito da responsabilidade civil | 772 |
| 9.4 Tendências recentes: o novo olhar sobre a responsabilidade civil em relação à constitucionalização do direito | 773 |
| 9.5 Considerações finais | 778 |
| SOBRE OS AUTORES | 781 |